



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Estados Unidos: um possível significado para a Quarta Frota

United States: a possible meaning for the Fourth Fleet

VIRGÍLIO ARRAES

Meridiano 47 n. 97, ago. 2008 [p. 25 a 27]

Estados Unidos e Grã-Bretanha, após a realização do Congresso de Viena e a formação da Santa Aliança, decidiram elaborar nos anos 1820 um projeto comum de política externa para atuar diante dos nascentes Estados da parte sul do continente americano. O ponto central da aliança seria resguardá-los, caso houvesse a iniciativa por parte das antigas metrópoles – em especial, a Espanha – de ali intervir política e militarmente.

No fim, a diplomacia norte-americana divulgou sozinha o documento, conhecido o seu teor na história como Doutrina Monroe (1823). Impossibilitado de prestar, na prática, auxílio às nações hispano-americanas, o governo estadunidense assistiu à chegada da Grã-Bretanha, presente no continente durante décadas por meio da concessão de empréstimos, aplicação de investimentos, comercialização de diferentes bens de consumo e, por último, atuação da marinha, zelosa na defesa dos interesses do país na faixa sul-atlântica.

No entanto, conquanto muitas vezes distantes, os Estados Unidos sempre acompanharam o andamento político-econômico na América Latina, com dedicação maior para o México e para o Caribe. Após o fim da Guerra de Secessão (1865), o país dedicou-se a unificar-se física e materialmente. Três décadas mais tarde, estaria pronto para tarefas de maior envergadura, ao participar vitoriosamente da Guerra Hispano-Americana (1898).

A partir dela, instaurou-se a fase de transição de esfera de influência, deslocando-se o pêndulo gradativamente do eixo britânico para o norte-

americano. Ao final da Primeira Guerra (1918), os Estados Unidos, ao emergirem como a maior potência do globo, observariam a presença europeia na América Latina de maneira inicialmente residual.

Nos anos 30, contudo, a Casa Branca – em decorrência da Grande Recessão e da ascensão dos regimes extremistas na Europa, ansiosos por aproximarem-se da América Latina – reforçou o seu relacionamento continental, porém de modo distinto, ao privilegiar mais a diplomacia e a propaganda.

Com o encerramento da Segunda Guerra, a região recebeu pouca atenção de Washington, mais preocupado com o destino da Europa Ocidental e da Ásia. Somente a partir dos desdobramentos da Revolução Cubana (1959), o governo empenhar-se-ia mais e lançaria a Aliança para o Progresso. De forma geral, com a disseminação de ditaduras militares anticomunistas nos anos 60 e 70, o quadro estaria tranqüilo até o fim da Guerra Fria.

Encerrada a bipolaridade amero-soviética, houve a adesão maciça de governantes latino-americanos a programas neoliberais, em troca da promessa de novos investimentos de países transatlânticos e da renegociação da dívida externa, o que permitiria à região, em tese, modernizar-se e ingressar, portanto, em nova fase de prosperidade.

Em decorrência dos resultados insuficientes, principalmente na área social, a decepção com as recomendações liberais-desenvolvimentistas não tardou, embora, na prática, a outrora oposição, em chegando ao poder, tenha esposado sem dificuldades o polêmico ideário – vide os casos do

Chile, do Uruguai e do Brasil, a título de ilustração.

Nos últimos anos, porém, houve divergências com relação ao concerto, ainda que amenizado, do neoliberalismo continental, com destaque primeiramente para Venezuela e mais recentemente para Bolívia e Equador. O Paraguai ainda é uma incógnita, visto que se tornou lugar-comum na América do Sul que candidatos presidenciais de retórica tonitruante contra o *status quo* de seus países, ao chegarem ao poder, amanssem-se administrativamente em pouco tempo.

De toda forma, o Paraguai, não obstante a sua proximidade político-militar com os Estados Unidos, posicionou-se recentemente a favor da constituição de forças armadas supranacionais para o asseguramento das reservas energéticas e hídricas sul-americanas.

O trio acima mencionado não é de fato revolucionário, dado que não houve ruptura interna estrutural em nenhum deles. Além do mais, há a preocupação de manter laços comerciais duradouros com os Estados Unidos, ávidos de fontes energéticas – consumo acima de 10% do petróleo extraído no globo – e bons pagadores – ao lado do México, Venezuela e Equador abastecem em torno de 30% as necessidades petrolíferas dos norte-americanos. Ainda assim, eles podem ser classificados politicamente de reformistas.

Apesar da calma relativa na parte sul da América, os Estados Unidos mantêm-se de sobreaviso, ao reforçar a sua presença em algumas áreas da região, como no caso do Peru, onde há o projeto de se estabelecer uma base, com o objetivo de substituir outra, oficialmente civil, instalada no Equador. Localizada na costa do Pacífico, a sua concessão – assinada em 1978 – vence em 2009. A nova constituição do país, a ser referendada em setembro de 2008, proíbe tratados desta natureza. Prevê-se ainda com o governo peruano a realização de exercícios militares similares aos já efetivados com o Paraguai em 2006.

Paralelamente, há a parceria próxima de Washington com Bogotá, materializada no Plano Colômbia. A sua execução causou nos últimos meses reveses consideráveis na atuação da guerrilha,

principalmente na das Farcs. Ademais, se não houver acerto com o Peru, a base poderia ser edificada em solo colombiano, hipótese cogitada pela representação norte-americana lá desde o ano passado, ainda que a Casa de Nariño negue a possibilidade.

Além do Equador, os Estados Unidos dispõem da base de Guantánamo, criticada por organizações de direitos humanos em vista das denúncias sistemáticas de maus-tratos, e da de Curaçao, vinculada à Holanda. Esta, em princípio, destina-se a reprimir o narcotráfico. Enquanto isso, a Venezuela reforça sua presença na ilha La Orchila, no Caribe, onde há instalações militares.

Em virtude da aproximação econômica e, em menor escala, política, houve, durante a assinatura de criação da União Sul-Americana de Nações – Unasul – no final de maio último, a proposta de debater-se a instituição de um conselho sul-americano de defesa. De início, a Colômbia rechaçou a idéia de participar. Conquanto interessante, a dificuldade de viabilizar o organismo decorre da desigualdade em termos de equipagem e treinamento das forças armadas do continente.

Ainda que sem um adversário real à altura na América Latina, de certa maneira, a presença militar estadunidense segue o traçado definido há alguns anos pelo Departamento de Defesa: a possibilidade de confronto ‘preemptivo’ – superior ao preventivo, dado que este tipo se concentra em ameaças virtuais, não em um adversário iminente, pois, real – e a reiteração da primazia do país em território sul-americano.

Encarregada agora de parte das responsabilidades da Segunda Frota, a Quarta – formada, em sua primeira versão, em 1943 e desativada em 1950 – deriva deste posicionamento. Desgastados em boa parte do mundo, em face do malogro de uma administração bélica, os Estados Unidos sinalizam para os outros países a sua primazia política em área latino-americana, apontada ainda nos próximos anos como importante fonte de combustíveis fósseis e de alimentos. Oficialmente, o retorno dela em julho adveio da necessidade de combater o terrorismo e os ilícitos transnacionais de forma multilateral.

Seu comandante é o Contra-Almirante – duas estrelas – Joseph Kernan, oficial egresso do setor de operações especiais, o maior do mundo. Foram várias as suas atividades prévias, entre as quais ações antiterroristas e missões secretas. Até o final do ano, a Marinha deve decidir se a Quarta Frota incorporará um submarino nuclear.

Na prática, especula-se que, se houver instabilidade política maior no continente, os Estados Unidos poderiam intervir rapidamente a fim de restaurar a normalidade institucional. Como não dispõem mais de efetivos suficientes para incursões territoriais de longa duração, esquadras como a da Quarta Frota podem executar a tarefa.

Outrossim, a sua reativação assinala para potências emergentes, como a China, que a busca por recursos naturais encaminha-se ainda por manobras de força. Com a maior porosidade das fronteiras desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos podem justificar possíveis intervenções em países administrativamente turbulentos por motivos humanitários, a exemplo da antiga Iugoslávia nos anos 90.

No plano imediato, ela deve encarregar-se de monitorar o Atlântico sul, com o objetivo de assegurar o fornecimento regular de petróleo de países como Angola e Nigéria – futuramente, o Brasil.

Não se pode esquecer de que no caso brasileiro, principalmente em função das últimas descobertas petrolíferas, o governo deve preservar de modo adequado toda a extensão de sua plataforma continental. Somada à zona econômica exclusiva – 200 milhas marítimas ou 370 quilômetros – o país tem quase quatro milhões e meio de quilômetros quadrados para resguardar.

O consumo diário de petróleo hoje está em torno de 85 milhões de barris, o dobro de há 40 anos. Embora seja o maior consumidor, o eixo norte-atlântico não consegue produzir sequer 30% disso. A intenção é reduzir parcial e gradativamente o grau de dependência com relação ao Oriente Médio como abastecedor.

Enquanto na parte sul-americana, esboça-se a formação de um organismo regional de defesa, no norte, houve outro rumo com o Plano Mérida ou Plano México, com a participação de nove países, tendo por alvo o combate ao narcotráfico, contrabando de armas e lavagem de dinheiro.

A colaboração norte-americana ocorre por meio de assessoramento técnico, equipamentos, compartilhamento de informações etc. É possível que, em breve, haja a participação de empresas atuantes no Iraque também na nova frente de batalha, por meio de especialistas e de mercenários. No caso do México, é perceptível, pois, o engajamento maior das forças armadas em atividades policiais.

De acordo com o Secretário de Assuntos Hemisféricos, Thomas Shannon, o retorno da Quarta Frota não traria características ofensivas, ao respeitar os limites das demarcações marítimas de cada país. Ela seria destinada também a prestar auxílio humanitário, em momentos como o da passagem de um furacão. Se ela significa o retorno da diplomacia das canhoneiras, tão empregada ao longo do século passado, só o tempo o dirá.

Recebido em 01/08/2008

Aprovado em 05/08/2008

Palavras-chaves: Estados Unidos; América do Sul; Quarta Frota

Key words: United States; South America; Fourth Fleet

Resumo: O artigo trata da reativação da Quarta Frota, destinada a patrulhar o Atlântico Sul. Nesse sentido, o artigo aborda os objetivos de sua recriação.

Abstract: The article deals with the reactivation of the Fourth Fleet to patrol the South Atlantic. The purposes of the reactivation are discussed.